



Nova lei tem o objetivo
de desburocratizar a
tramitação de processos
no Judiciário

PÁGINA 11

JORNAL DA ALERJ

Divulgação

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro | Ano XII - Nº 292 – Rio de Janeiro, 1º a 15 de novembro de 2014



**Mala Direta
Postal**

9912346758/2014-DR/RJ

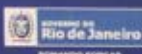
ALERJ

CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA ECT

Posto de Vistoria Veicular

DETRAN
www.detrان.rj.gov.br



SECRETARIA
DA CASA CIVIL
ROMÁRIO FORCAB

CABINE DE ORIENTAÇÃO / VIST. VOLANTE

Jara Pinheiro

Agilidade

Iniciativas aprovadas na Casa
garantem rapidez e transparência
nos atendimentos feitos pelo Detran-RJ

PÁGINAS 6 a 8

FRASES

“Daqui a alguns anos quero muitos de vocês neste plenário, para que eu possa chamá-los de Excelência. Aprendam que não adianta criticar, é preciso participar”

Rafael Wallace



Dep. Paulo Melo (PMDB), Durante o Parlamento Juvenil, incentivando os jovens a manterem o compromisso pelo bem comum

“A violência contra a mulher é um fato comprovado na nossa sociedade. Se existe um disque denúncia para violência contra elas, é necessário que todas saibam qual é o número. A denúncia precisa ser estimulada”

Dep. Luiz Paulo (PSDB)
Sobre a divulgação do serviço do Disque 180 em combate à violência contra a mulher

Errata - Jornal 291

O JORNAL DA ALERJ publicou a matéria sobre reunião realizada pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado juntamente com a Firjan com um erro.

Para ver a matéria correta, acesse <http://j.mp/errata291> ou aponte o leitor de QR Code de seu celular



AGORA É LEI

Publicada no Diário Oficial do Executivo no dia 10 de setembro, a Lei 6.883/14 autoriza o Governo do estado a implantar o serviço de mensagens por telefone celular (SMS) como meio de comunicação com os telefones de emergência da Polícia Militar (190) e do Corpo de Bombeiros (193). A ideia é atender principalmente quem tem problemas auditivos e de fala.

Segundo a lei, após o recebimento das mensagens, a PM e o Corpo de Bombeiros deverão enviar uma resposta imediata, com instruções ao solicitante. O serviço será fornecido gratuitamente pelas operadoras telefônicas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há cerca de 770 mil pessoas no estado com algum grau de surdez e de fala.

O autor da lei, deputado Samuel Malafaia (PSD, explica que essas pessoas são obrigadas a pedir ajuda a amigos, parentes e vizinhos para ligar para o 190 ou para o 193: "Em São Paulo, por exemplo, esse serviço já é adotado com sucesso. É uma questão de cidadania".

MÍDIAS SOCIAIS



Pics From Ipanema
@instaipanema

Dia 05/11
20:38



Boa noite!!!
#alerj #poderlegislativo
#palaciotiradentes #historia
#cultura #memorias #p...
<http://ift.tt/1tCm02u>

Bela iniciativa da Alerj em implantar o Parlamento Juvenil, que já atinge a 8ª edição!

Dep. Christino Áureo
www.facebook.com/christino.aureo

Dia 12/11
08:34



A juventude que queremos começa com cada um de nós #presidentedopj8 #juventudeunida #ALERJ @Alerj <http://instagram.com/p/vUgiPpJTyk/>

Guilherme Manhães
@guimanhães7

Dia 12/11
16:51



#Parabéns #399anos #CaboFrio Igreja Matriz Auxiliar Nossa Senhora da Assunção #NossaSenhoraDaAssunção rogai por nós!

Dep. Márcio Pacheco
@marciopacheco

Dia 13/10
09:42



*As mensagens postadas em mídias sociais são publicadas sem edição de conteúdo.

EXPEDIENTE



Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Roberto Henriques

3º Vice-presidente
Gilberto Palmares

4º Vice-presidente
Rafael do Gordo

1º Secretário
Wagner Montes

2º Secretário
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafaia

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Thiago Pampolha

JORNAL DA ALERJ
Publicação quinzenal da Subdiretoria Geral de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável: Luisi Valadão (JP-30267/RJ)

Editora-chefe: Fernanda Galvão

Coordenação: Marcelo Dias

Equipe: André Nunes, Andresa Martins, Buanna Rosa, Marcus Alencar, Symone Munay e Vanessa Schumacker

Editor de Arte: Mayo Ornelas

Editor de Fotografia: Rafael Wallace

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: Bárbara Figueiredo, Fábio Peixoto, Gabriel Deslandes, Iara Pinheiro (foto), Isabela Cabral, Lucas Lima, Mariana Totino, Priscilla Binato, Thais Barcellos, Vitor Soares (foto), Yago Barbosa (foto)

Telefones: (21) 2588-1404 / 1383
Fax: (21) 2588-1404

Rua Primeiro de Março s/n, sala 406
Palácio Tiradentes - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.010-090

Email: dcs@alerj.rj.gov.br

Site: www.alerj.rj.gov.br

www.twitter.com/alerj
www.facebook.com/assembleiarj
www.alerjnoticias.blogspot.com
www.facebook.com/radioalerj

Impressão: Imprensa Oficial
Periodicidade: quinzenal
Tiragem: 5 mil exemplares

Receba em casa!
JORNAL DA ALERJ
<http://bit.ly/jornalalerj>

siga a @alerj no
twitter
www.twitter.com/alerj

Ouça as sonoras dos deputados
RÁDIO ALERJ
f/radioalerj
t/radioalerj

Curta nossa página
no Facebook:
f/assembleiaRJ

LOA 2015

Comissão discute orçamento em audiências públicas



Yago Barbosa

Saúde, saneamento básico e segurança foram as áreas mais citadas nas reuniões

BUANNA ROSA

Na busca por um orçamento participativo, a Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) foi às cidades de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e Saquarema, na Região dos Lagos, propor à população que enviasse sugestões de emendas à proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA). As sugestões apresentadas serão emendadas ao projeto de lei 3.200/14, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio para o exercício financeiro de 2015. “Nessas audiências nós explicamos como são criadas essas emendas e abrimos espaço para a população enviar su-

gestões e reivindicar por melhorias. Afinal o poder emana do povo, logo ele deve participar dessas decisões” ressaltou o presidente da comissão, deputado Coronel Jairo (PMDB).

Melhorias na saúde, no saneamento básico e na segurança pública foram reclamações recorrentes em ambas as regiões. “Já estou fazendo o meu texto e vou mandar para a comissão”, disse Maurílio Manteiga, morador de Nova Iguaçu. Ele reclama da falta de segurança na cidade. “É preciso mais policiamento e um batalhão na região, e é isso que eu vou propor”, contou Maurílio. Essa sugestão e todas as outras foram recebidas pelo e-mail orcamento2015@alerj.rj.gov.br, disponibilizado pela comissão para o atendimento à população.

Os textos enviados serão adaptados pelos parlamentares. “Realizar uma emenda não é tão simples assim, por isso vamos ajudar nesse processo. É preciso apresentar o valor que deve ser destinado e o

ponto que deve receber a melhoria, além de especificar de onde será revertida a verba para a realização da obra. Como a população não tem acesso ao texto da LOA, nós temos a responsabilidade de ajustar isso”, esclareceu o deputado Luiz Paulo (PSDB), membro do colegiado. O tucano também mencionou que o orçamento do estado para 2015 está calculado em R\$ 81,9 bi, sendo R\$ 11 bi destinados para investimentos. “É nesse valor que devemos nos ater e buscar as reformas e obras necessárias”, frisou.

A população teve até o dia 14 para enviar as emendas – o mesmo prazo determinado para os parlamentares. “A sociedade vai cumprir um papel igual ao dos deputados, por isso, a necessidade de seguir o calendário. Depois da apreciação dessas emendas, o Parlamento votará o texto, e a proposta, sendo aprovada, segue para a sanção do governador, cumprindo com a agenda do estado”, concluiu Luiz Paulo.

ECONOMIA

Yago Barbosa

O síndico Hélio Breder instalou um sistema para uso das águas da chuva e das piscinas e conseguiu uma economia de 3 mil litros/dia

Uso responsável da água

Alerj aprova lei para programa de redução de desperdício de recurso no estado

GABRIEL DESLANDES E THAÍS BARCELOS

O consumo de água per capita no Estado do Rio de Janeiro é o maior do país. Enquanto, de acordo com a Organização das Nações Unidas, o gasto diário recomendado para satisfazer às necessidades básicas humanas é de 110 litros, o fluminense consome 244,1 litros — volume ainda acima da média nacional, que é 167,5l, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2012. Para diminuir essa estatística foi sancionada a Lei 6.879/14, do deputado Gustavo Tutuca (PMDB), autorizando a criação do Programa Consumo Responsável.

Segundo o deputado, a proposta

visa a reduzir o consumo individual de água tratada: “É nosso dever incentivar o seu uso racional, o combate ao desperdício e promover uma consciência quanto à importância de recursos hídricos na sociedade”.

Para o parlamentar, o consumo consciente é uma questão de hábito e a adoção de medidas cotidianas poderia representar uma redução significativa no gasto total de água. “A ideia não é deixar de usar a água, mas sim ter consciência de que é importante poupá-la. Para tanto, é preciso adotar soluções para um consumo consciente, como o reuso de água que, além disso, gera economia na conta”, orientou.

A captação da chuva e o armazenamento da água da piscina são boas opções de economia. Contando com 144 apartamentos, o edifício Paul Cezzane, no Méier, na Zona Norte do Rio, já está adaptado a esse modelo. Há dois anos, o síndico e engenheiro Hélio Breder planejou e instalou um sistema para isso. O

prédio dispõe de tubulações que recolhem a água da chuva e a das cinco piscinas do lugar. Esse volume fica acumulado em dois reservatórios com capacidade de 6 mil litros e é usado para regar plantas e lavar pisos. Assim, são economizados 3 mil litros por dia.

O custo total do projeto foi de R\$ 4 mil, porém a redução anual nos gastos de condomínio gira em torno de R\$ 14 mil. “Fiz primeiro um reservatório, vi que funcionava bem e fiz o segundo. Esses dois nos atendem plenamente”, contou Hélio Breder.

O prédio também adota um programa contra vazamentos, com funcionários encarregados do reparo ou da troca gratuita das válvulas de descarga, torneiras e chuveiros dos moradores. “A gente tem um programa de vazamento zero para evitar desperdício. Além disso, há 12 reguladores de fluxo nas áreas comuns e, nos banheiros, as torneiras têm tempo de fechamento automático”, enfatizou Breder.

Yago Barbosa



A água recolhida pelo condomínio fica acondicionada em dois reservatórios com capacidade de 6 mil litros e é usado para regar plantas e lavar os pisos

Rafael Wallace



Tutuca: consumo consciente pode ser alcançado com mudança de hábito

Cedae tem programa para conscientização dos usuários

Uma das medidas previstas na lei são os descontos percentuais concedidos à conta de água. Para isso, o governo deverá firmar parcerias com as concessionárias de água e esgoto para beneficiar os consumidores que reduzirem o seu gasto mensal. Dos 92 municípios, 64 são atendidos pela Cedae, que já promove campanhas em defesa do uso racional da água.

No entanto, boa parte do desperdício é decorrente de problemas na distribuição, como ligações clandestinas e vazamentos. Segundo a Cedae, a porcentagem de perdas (35%) está dentro da média nacional (36%). Além disso, a concessionária iniciou neste ano um planejamento para reduzir esse percentual, que inclui a substituição de 600 quilômetros das redes antigas nos próximos dois anos.



Eduardo Pereira Alves costuma consultar o site do Detran para acompanhar a existência de multas: sem surpresas

Agilidade, informação e garantia de direitos em pauta

Iniciativas da Casa garantem informação ao cidadão e dão celeridade ao atendimento do departamento de trânsito estadual

LUCAS LIMA E MARIANA TOTINO

Filas longas, espera de horas pelo atendimento, apesar do horário agendado, a cassação da carteira de habilitação por infração cometida há mais de cinco anos. Não faltam relatos de problemas enfrentados pelos usuários do Detran. Para melhorar o serviço, a Alerj aprovou, em setembro, a Lei 6.897/14, que cria meios de informação aos condutores com registros de multas, determinando ainda que sejam avisados quando sua pontuação por infrações atingir 20 pontos.

A norma, do deputado Dionísio Lins (PP), também proíbe que o Detran apreenda as carteiras de habilitação caso o motorista não seja notificado das multas cometidas em um prazo de até 12 meses, com exceção apenas para infrações em flagrante de embriaguez e acidentes com morte.

O sistema com todas as infrações do motorista deverá ser atualizado a cada seis meses, não ultrapassando o período de um ano. “Os motoristas de táxi, os caminhoneiros, os rodoviários e os profissionais liberais, por exemplo, estavam sendo notificados por multas de cinco anos atrás e não sabiam o que tinha acontecido. Não temos como lembrar qual e como foi a infração cometida há tanto tempo. Essa lei é para disciplinar essa questão”, diz o deputado.

Nos últimos três anos, o técnico de informática Eduardo Pereira Alves cometeu quatro infrações de trânsito, mas não recebeu as multas as multas em casa — que devem ser expedidas em até 30 dias, a partir da data da transgressão, como determina o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). “Da primeira vez, descobri que havia sido

autuado quando fui marcar a vistoria do carro e não pude agendar porque tinha uma multa vencida”, lembra.

Escolado, Eduardo passou a consultar o site do Detran para evitar surpresas como aquela. “Pelo menos duas vezes por ano, acesso o site do Detran para conferir os pontos da carteira”. Ele conta que já deixou até de recorrer das multas: “Quando há multas pendentes, precisamos pagá-las para somente depois agendar a inspeção do veículo, não dando tempo para recursos”.

Dionísio Lins ressalta que, apesar do Detran afirmar que já cumpre a lei ao informar sobre multas e pontuação em seu site, as notificações chegam com atraso aos infratores. “O site do Detran é obsoleto. Atualmente, muitos condutores sequer sabem como ou onde obtiveram seus pontos. Por uma ausência de controle maior, pontos são atribuídos a motoristas em procedimentos que nem sequer são computados em períodos corretos”, afirma, acrescentando a formalização da contagem de pontos reforçaria a segurança e o controle em relação ao sistema.

Para tornar a consulta ao site mais clara, o Detran planeja um novo modelo para a página eletrônica. O presidente do órgão, Fernando Avelino, explica que o número de pontos, o local, a data e o tipo das penalidades podem ser

consultados em www.detran.rj.gov.br, no menu “Multas/Consulta Pontos”. “Já cumprimos algumas exigências da nova lei. Estas informações, inclusive, são atualizadas diariamente. Também é importante esclarecer que a maioria das multas impostas por infração de trânsito é expedida pelas prefeituras, através das guardas municipais, e pela Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, que possuem seus próprios sistemas e prazos de envio das notificações de infração”, disse ele.

Evitando o desconhecimento

Outra norma que visa levar esclarecer os condutores do estado é a Lei 6.767/14, do deputado Luiz Martins (PDT). O texto determina que o Detran-RJ anexe, junto ao Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV), no momento da sua renovação anual, uma cópia da Lei Federal 11.705/08, popularmente conhecida como Lei Seca. Para Martins, o principal objetivo é combater o desconhecimento. “Temos acompanhado, nos meios de comunicação, que muitas pessoas, ainda hoje, possuem relativo ou total desconhecimento desse código. Muitos não sabem, por exemplo, o nível de álcool no sangue permitido e o proibido, não sabem o que fazer quando são paradas nas operações policiais e seus direitos ou deveres”, salienta. Também deverá ser afixado, em todos os locais de atendimento do órgão, um cartaz, ou placa, em local visível, contendo a íntegra da nova legislação, com letras proporcionais às dimensões da área do local.

Para o presidente da Comissão Especial de Acompanhamento e Estudo da Legislação do Trânsito da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ), Armando Silva de Souza, as leis estão em harmonia com o que dispõe a Constituição Federal. “Essa é uma das funções do Legislativo, pensar medidas que vão facilitar e agilizar a vida dos cidadãos. Agora devem priorizar a fiscalização. Para isso, a cumplicidade entre os órgãos é importante, para reforçar aquilo que já deveria ser feito e muitas vezes não é”, opina o advogado.



Rafael Wallace

Dionísio Lins é autor da Lei 6.897/14

CAPA

Previsão de espera em tempo real

O Parlamento fluminense também está atento à demora no atendimento prestado aos cidadãos em postos do Detran, para realização de vistoria veicular. Por isso, o deputado André Ceciliano (PT) elaborou a Lei 6.895/14. Agora, o departamento deverá disponibilizar, em seu *site*, um *link* de acompanhamento das filas nesses locais, informando onde há disponibilidade de serviços, o tempo médio de espera e a quantidade de atendimento em espera. “Conheço o caso de pessoas que ficaram cinco, oito horas esperando a vistoria. Quando chegam aos postos, ainda encontram uma fila imensa. Com o acompanhamento online, vai ser facilitada a vida do contribuinte que faz um agendamento e que, por vezes, deixa de lado seus afazeres e chega até a faltar ao trabalho, para fazer vistoria, e que não consegue agendá-la para os fins de semana”, declara o petista.

De acordo com a nova norma, também será responsabilidade do Detran informar aos usuários, no ato da marcação de vistorias, sobre a possibilidade de acompanhamento, em tempo real, da situação dos postos,

além de fornecer documento comprobatório atestando o tempo de espera para o atendimento, o que, segundo Ceciliano, auxiliará as reclamações sobre falhas nos equipamentos. “Eles vão poder se informar via internet para saber se aconteceu algum imprevisto com a vistoria agendada, como alteração no cronograma, por exemplo. Muitas vezes, apesar de chegar cedo, o contribuinte pode ter que esperar por causa de um problema nos equipamentos do posto”, acrescenta.

Morador da Lapa, no Centro da capital, o vendedor César Corrêa substituiu o posto localizado no bairro Largo do Machado, Zona Sul do Rio, a pouco mais de três quilômetros de sua casa, por um posto no Centro de Nilópolis, na Baixada Fluminense, a 36,8 quilômetros de distância. Um percurso com 55 minutos de diferença que, segundo ele, compensa na hora do atendimento. “Quando fazia a vistoria perto de casa, já cheguei a esperar quase duas horas. Através de um amigo, fiquei sabendo que os postos da Baixada são mais vazios. Resolvi arriscar e não me arrependo. Hoje costumo demorar menos de meia

hora para ser atendido. Quando esse sistema de acompanhamento estiver funcionando, outras pessoas serão beneficiadas e talvez eu não tenha que ir para tão longe, pois sempre é um transtorno”, explica. Além de repassar a dica para outras pessoas, César usa o local de atendimento em Nilópolis não só para realização de vistorias, mas também para outros serviços, como emissão da 2ª via da carteira de identidade.



Rafael Wallace

André Ceciliano (PT): informação on line



Defensoria Pública RJ

Posto do Detran de Nilópolis foi a opção encontrada por morador da Lapa para ter mais agilidade no ato da vistoria veicular

MOTOTÁXI

Uma alternativa sobre duas rodas

Fotos: Rafael Wallace

gulamentação é para criar regras para que os profissionais possam trabalhar e o órgão fiscalizador estadual possa ter limites, ter um balizamento", afirma. O parlamentar explica que o objetivo é proteger o profissional que quer trabalhar dentro da lei e o usuário que é exposto ao risco.

Quem entende os perigos da profissão é o presidente do Sindicato de Mototaxistas do Rio de Janeiro (Simoterj), Sérgio Luiz Rodrigues de Freitas. Com experiência de 26 anos trabalhando sobre duas rodas, ele já sofreu quatro acidentes e, em um deles, fraturou toda a parte esquerda da boca e perdeu a moto. Por não saber da necessidade de pagar o INSS como profissional autônomo e vendo a família passar por necessidades financeiras, Sérgio interrompeu o tempo de recuperação de oito meses e voltou a trabalhar cinco meses após o acidente. O trauma fez com que resolvesse fundar o sindicato, para conscientizar a categoria não apenas sobre seus direitos, mas também quanto a obrigações sobre segurança e higienização. O presidente do sindicato transporta cerca de 50 pessoas por dia, cobrando R\$ 2,50 por quilômetro rodado e, para ele, a regulamentação da profissão é importante: "As pessoas teriam mais segurança em procurar o mototaxista".

Confiança na garupa das motos é o que não falta à Tailana, que estabeleceu uma relação quase familiar com os mototaxistas da rua Monte Alegre, ponto na Lapa. "Quando eu chego tarde, eles esperam eu entrar em casa. Eles já até arranjaram um jeito de transportar minha mala, quando eu voltava de uma viagem", relata. Mas a estudante destaca que, para se sentir segura, o uso do colete pelos profissionais é fundamental, pois é uma forma de identificação. "O colete faz toda a diferença. Pela cor, você descobre a que ponto o mototaxista pertence", esclarece.

Tailana Oliveira, na garupa da moto e abaixo: moradora de Santa Teresa considera mototáxi o 'negócio do futuro'

Projeto de lei em tramitação busca regulamentar a profissão de mototaxista no estado, e conta com o apoio da categoria

BÁRBARA FIGUEIREDO E THAÍS BARCELLOS

Estudante de Administração Industrial, Tailana Oliveira aposta: "o mototáxi é o negócio do futuro". Usuária do serviço há oito anos e moradora de Santa Teresa, no Centro do Rio de Janeiro, ela considera a moto o transporte ideal para

a locomoção nas famosas ladeiras do bairro carioca por causa da rapidez e da disponibilidade de veículos a qualquer hora do dia. "O mototáxi custa o mesmo preço do ônibus (R\$3) e me deixa na porta de casa. Além disso, de madrugada só as motos circulam", explica.

Ao enxergar essa demanda, o deputado Paulo Ramos (PSol) elaborou o projeto de lei 3.195/14, para instituir o serviço intermunicipal de transporte individual de passageiros no estado do Rio. Desde 2009, a profissão é regulamentada pela Lei Federal 12.009/09, mas a normatização da atividade cabe aos municípios ou ao Estado. "A re-



AUDIÊNCIA

Construção de empreendimento em Maricá é criticada em audiência



Durante a reunião, participantes criticaram o impacto de obra na vida dos pescadores do local

Yago Barbosa

Obra em APA de Maricá é alvo de denúncias. Deputado defende reunião com MP

MARIANA TOTINO

Em audiência pública da Comissão de Trabalho, Legislação e Seguridade Social da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), realizada no último dia 14, pesquisadores e lideranças se reuniram com o objetivo de alertar para o risco de impactos socioambientais na comunidade de Zacarias, localizada na Área de Preservação Ambiental (APA) da Restinga de Maricá, por conta de empreendimento imobiliário em curso no local. Segundo denúncias, a obra pode ameaçar a prática da pesca artesanal. “Essa intervenção não representa só uma agressão ao meio ambiente. É algo muito maior”, afirmou o presidente da comissão, deputado Paulo Ramos (PSol).

O parlamentar identificou a necessi-

dade de interagir com responsáveis pelo empreendimento e marcar uma audiência com o procurador-geral de Justiça, Marfan Martins Vieira, para analisar um relatório sobre o caso elaborado pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado (Gate) do Ministério Público do Rio.

“A preservação é fundamental para a manutenção da prática artesanal de cerca de dez comunidades pesqueiras”

“Solicitamos uma intervenção em âmbito legislativo para proteger o local”, alertou a professora da UFF Desireé Freire, integrante do Movimento Pró-Restinga, destacando que leis existentes voltadas para a proteção de áreas como essa e as comunidades tradicionais foram ignoradas no zoneamento da APA, em vigor desde 2007. Somente um sexto do território passou a ser destinado às atividades dos

moradores. “A preservação é fundamental para a manutenção da prática artesanal de cerca de dez comunidades pesqueiras”, alertou Desireé.

O pescador Vilson Correa, da Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias, falou da luta para proteger o local, do qual faz parte há pelo menos 40 anos. “A pesca não está fácil, e não vejo apoio ao nosso trabalho”, lamentou.

A também integrante do Movimento Pró-Restinga Flávia Valença criticou pontos na atuação de órgãos como o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), ressaltando que estudos de impacto ambiental não dimensionaram o efeito em ambientes de sustento para as pessoas da localidade. “O órgão deveria ser mais aberto à participação popular”, pontuou. Em resposta, o diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Inea, Guido Guelli, repudiou críticas ao corpo técnico. “Hoje temos a oportunidade de adiar empreendimentos como esse e de participar de audiências”, afirmou.



LEI

Montanha de dívidas

Nova regra permite arquivamento de processos com taxas vencidas

ANDRESSA MARTINS E BUANNA ROSA

Uma montanha de cerca de 215 mil processos toma conta das centrais de arquivamento do Tribunal de Justiça, aguardando o cálculo de taxas a serem pagas. Muitos desses processos são originados de desistências, aumentando as estatísticas do Poder Judiciário e a pilha de processos parados. Para resolver o problema, foi sancionada a Lei 6.905/14, que acelera o trâmite de ações paradas por falta de pagamento de custas judiciais.

“Hoje, por conta de pequenas alíquotas que não são pagas, há um grande volume de processos que ficam inviabilizados. Com essa lei, esses processos serão arquivados definitivamente. Isso acelera o trâmite judicial, além de conseguir mais espaço e mais agilidade nas próprias varas”, explica o presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) e autor da lei, deputado

Paulo Melo (PMDB).

A medida altera o artigo 138 do Código Tributário Estadual, garantindo que qualquer complementação de taxa jurídica a ser paga seja calculada de acordo com a legislação estadual sobre processo administrativo fiscal dentro do prazo de 30 dias, contados a partir da data da decisão judicial. Para o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj),

Medida acelera o trâmite judicial e garante mais espaço para o andamento de novos processos

Rossidéllo Lopes, na maioria das vezes não interessa ao Judiciário a cobrança dessas taxas.

Segundo o juiz, essas dívidas possuem um valor muito pequeno e, ao mesmo tempo, deixar o processo em andamento, sem o arquivamento, é muito mais oneroso do que a própria cobrança. “A partir da aprovação da lei, será possível arquivar o processo, independentemente da pendência de

pagamento. O arquivamento virá antes da cobrança, que poderá ser feita posteriormente”, garante.

A proposta foi elaborada a pedido da Amaerj e do Tribunal de Justiça. “A alteração da redação do artigo 138 do Código Tributário Estadual vem ao encontro dos interesses da Justiça, uma vez que permitirá significativa diminuição da taxa de congestionamento de processos”, afirma a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Leila Mariano.

Fotos: Divulgação



Segundo o juiz Rossidéllo Lopes da Fonte, dívidas possuem valor pequeno



Rafael Wallace

Poder jovem na Assembleia

Parlamento Juvenil movimenta semana na Assembleia Legislativa

SYMONE MUNAY

Eles foram os donos da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) entre os dias 10 e 14 de novembro. Integrantes da oitava edição do Parlamento Juvenil (PJ-Alerj), 83 jovens, 24 destes reeleitos, passaram uma semana no Palácio Tiradentes, discursaram, analisaram projetos em comissão e votaram proposições, escolhendo três iniciativas que serão apreciadas pelo governador Luiz Fernando Pezão. "Queremos que o Parlamento Juvenil seja um elixir para o ingresso do jovem na atividade política, para que o jovem se interesse pela vida pública", falou o presidente da Casa, deputado Paulo Melo (PMDB).

Entre os projetos de lei expostos, a preocupação com saúde, meio ambiente e prevenção ao uso de drogas teve destaque. Para o coordenador do Parlamento Juvenil, Eduardo Nunes, a proposta era que todos os jovens deputados deixassem a Casa estimulados e mais atentos às necessidades coletivas. "Os projetos de lei apresentados aprimoram a cada ano. Nestes quatro dias de convívio pudemos constatar que o Parlamen-

to Juvenil é, sem dúvida, o caminho para conhecimento da cidadania e da democracia", ressaltou Nunes.

O projeto mais votado foi o de autoria de Palloma da Costa. Parlamentar que representou Arraial do Cabo, ela apresentou um texto que trata da prevenção e controle da diabetes e obesidade nas escolas. "Nem consegui dormir, é uma honra ter seu projeto aprovado. Acredito que o Estado tem muito a ganhar com a prevenção desse tipo de problema, que se mostra crescente na nossa população", afirmou. Já para Paulo Neto, parlamentar juvenil de Trajano de Moraes, a aprovação do seu projeto traz consigo outros sete projetos apresentados, que tratavam do mesmo assunto. "O combate ao uso de drogas foi um tema com grande visibilidade e precisamos fazer o possível para salvar aqueles que tão prematuramente sofrem com esse tipo de problema", disse Neto.

O terceiro projeto aprovado é do deputado Lucas Azevedo, de Macaé. A iniciativa trata da redução da conta de luz para pessoas que fazem coleta seletiva e que têm renda familiar de até dois salários mínimos. "Año que vem teremos um grande aumento nas contas de luz, e esse será mais um incentivo para que se faça a coleta seletiva do lixo", defendeu. Ele também falou da experiência no Parlamento. "Estou muito feliz, pois além de ter meu projeto entre os escolhidos, tenho certeza que saio daqui com um amigo em cada um dos municípios representados", acrescentou.